

**DL-01****Ses. Esp. 28/11/11**

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Boa tarde a todas, boa tarde a todos, Vamos iniciar o fórum de debates, uma espécie de sessão especial proposta aqui. Gostaria de agradecer à liderança do Governo, ao deputado Zé Neto, à liderança da Oposição, ao deputado Reinaldo Braga, que conseguiram que usássemos apenas o Pequeno Expediente e uma parte do Grande Expediente de hoje para transformarmos a sessão neste fórum de debates, cujo tema é Educação sem Uso de Castigos Corporais, com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para discutirmos o projeto de lei nº 7276/2010. Acho que a Bahia se insere nos temas nacionais, que são importantes, sem dúvida nenhuma. A Assembleia Legislativa tem prazer em realizar este fórum em parceria com deputados e deputadas proponentes que representam a Bahia, como a deputada Alice Portugal e o deputado Emiliano José.

Gostaria de agradecer a todos e convidar para compor a Mesa a primeira vice-presidente da Comissão Especial, a deputada federal Liliam Sá; convidar também a deputada federal Teresa Surita, que é relatora do projeto; convidar a deputada federal Alice Portugal, deputada pela Bahia, titular da Comissão Especial e autora do requerimento para a realização deste fórum de debates aqui em Salvador, nesta Assembleia Legislativa; o deputado federal Emiliano José, membro da Comissão; convidar o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador, senhor Renildo Barbosa; a senhora promotora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, doutora Márcia Guedes; doutora Rachel Niskier Sanchez, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria da Rede “Não Bata, Eduque”.

**2370-I****Ses. Esp. 28/11/11****Or^a Liliam Sá****Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.**

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Vou passar a palavra para a deputada federal Liliam Sá, primeira vice-presidente da Comissão Especial e que vai falar dos motivos, da importância do projeto, especialmente da importância do fórum de debates que está sendo realizado aqui na Assembleia, na Bahia. Deputada com a palavra.

A Sr^a LILIAN SÁ:- Boa tarde a todos, quero agradecer o convite desta Casa de leis, agradecer à deputada Kelly Magalhães e cumprimentar a Mesa através da deputada federal Alice Portugal. Esse projeto 7672 é um projeto polêmico, porque foi mal interpretado no seu primeiro artigo que fala sobre a dor física. Vocês lembram muito bem de que o nosso ex-presidente Lula, quando anunciou o projeto, falou que um beliscão dói e dói mesmo, não é? Então, estamos querendo desmistificar isso. Estamos passando em vários estados, nas grandes capitais, e a nossa relatora Teresa Surita está fazendo um excelente trabalho. A presidente da Comissão é Erika Kokay, que não pôde estar presente, e eu sou a 1^a vice-presidente.

Estamos trabalhando e queremos ouvir os anseios populares em relação a essa matéria, que é muito importante. Sabemos que várias crianças têm ido a óbito por causa de espancamento, por causa de maus-tratos. Sabemos que o grande número de crianças vítimas da violência intra-familiar tem aumentado assustadoramente. O que queremos com essa lei? Não queremos interferir na vida familiar, no pátrio poder dos pais em relação aos seus filhos, mas apenas que se tenha um freio no que está acontecendo. Estávamos ouvindo a Teresa Surita, que passou agora uma matéria mostrando que em São Paulo um casal matou uma menina de 2 anos porque, acho que isso foi ontem ou anteontem, não é isso, Tereza? A menina, no sábado, apanhou, levou umas palmadas, acho que bateu com a cabeça e acordou morta na manhã de domingo. Então, queremos que os pais tenham consciência para saber o que acontece quando uma criança é espancada, o que pode acontecer com essa criança. Não



queremos de maneira nenhuma colocar ninguém na cadeia, como está saindo nas notícias e nos jornais, dizendo que os pais agora vão perder a guarda da criança, não. Isso já está previsto em lei. O estatuto da Criança e do Adolescente, o nosso Código Penal já tem as penas, queremos que tenha um freio para que quando os pais forem bater em seus filhos, saibam as consequências, onde podem ir e muitos defendem a palmada pedagógica.

Eu criei o meu filho que está com 29 anos de idade, e nunca levou um tapa. Acho que você pode educar uma criança sem perder a sua autoridade de pai, de mãe. Agora, estou com um bebê de 2 anos e meio e estou criando também sem bater. Não é bom e quem apanhou sabe. Muitos falam assim: eu apanhei e por isso estou aqui, se meu pai e minha mãe não tivessem me batido, hoje eu não seria nada, estaria na cadeia. Isso foi o que incutiram na mentalidade da gente quando éramos crianças e queremos acabar com isso. Mostrar que através da educação você pode ir muito além, escutando o seu filho, a sua filha. Se você tirar 15 minutos todos os dias para escutar o seu filho, você vai evitar uma série de problemas. Os pais não escutam os filhos devido a esse ritmo acelerado de vida, o dia a dia, essa correria que a gente vive, o estresse. Quando a criança às vezes vem falar coisas importantes, eu sou defensora dos direitos da criança e do adolescente, trabalho há quase 20 anos defendendo criança contra maus tratos e abuso sexual, às vezes a criança quer falar para o pai ou para a mãe que está acontecendo alguma coisa importante, passa o momento e a criança esquece, quando o pai ou a mãe vão saber é tarde demais.

Vamos conversar. A nossa relatora tem uma série de pontos que vou deixar para ela falar, estou falando mais do dia a dia, da questão familiar, do entendimento da lei. Ela vai destacar os pontos e vai poder esclarecer muitas coisas para que isso não seja uma lei que caia no descaso.

Então, contamos com o apoio desta Casa de leis, com os deputados desta Casa, com os vereadores desta cidade, prefeito, governador para que nos ajude nesse sentido de divulgar um trabalho que estamos fazendo em Brasília que acho essencial. A rede *Não Bata, Eduque* tem trabalhado incansavelmente há muitos anos nessa questão querendo aprovar essa lei. Na Suécia, foram abolidos os castigos corporais, a rainha Sílvia esteve aqui no Brasil promovendo isso, se lá deu certo aqui também pode dar. Quando um pai ou uma mãe perde a



cabeça para bater no filho, é por que ele perdeu o poder da palavra com aquela criança.

Então, quero deixar a nossa contribuição, não vou me alongar e deixar aberto porque queremos ouvir os anseios de vocês, o que vocês têm a nos perguntar em relação à exposição que vemos fazer nesta tarde.

Muito obrigada, que Deus possa abençoar vocês rica e abundantemente.

(Não foi revisto pela oradora.)



2371-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Emiliano José

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Vamos passar a palavra ao deputado Emiliano José, membro da Comissão também, para fazer uso da palavra por 5 minutos.

O Sr. EMILIANO JOSÉ:- Sr^a Presidenta desta sessão, deputada Kelly Magalhães, também presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa; deputada federal Liliam Sá, 1^a vice-presidente da Comissão Especial; deputada Teresa Surita, relatora do projeto; minha querida amiga Alice Portugal, deputada que fez o requerimento para a realização desta sessão, do qual também sou signatário; presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador, Renildo Barbosa; promotora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Márcia Guedes; Dr^a Raquel Niskier Sanchez, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria na Rede Não Bata, Eduque. Aproveito para cumprimentar Eleonora Ramos, minha inspiradora na discussão sobre esses direitos na Rede Não Bata, Eduque, e também Carla França. Elas duas me envolveram nessa rede com muito gosto. Recentemente até escrevi um artigo sobre a importância desse projeto.

É verdade o que disse a deputada Liliam, ninguém pretende aqui, em princípio, punir ninguém. Essa é uma lei sobretudo educativa e pedagógica, mas é preciso muita firmeza em sua defesa.

A deputada Teresa Surita estava me mostrando agora – e isso não é incomum – a morte de uma criança de 2 anos por ser torturada pelos pais. Temos de reconhecer que aquilo que os pais fazem acreditando ser pedagógico, ou seja, bater nas crianças e adolescentes, é tortura.

Trata-se de bater em pessoas, deputada Luiza Maia, querida amiga, que não têm condições de se defender, que levarão para o resto da vida marcas profundas com as quais terão dificuldades de lidar. A palmada e a surra não são procedimentos pedagógicos.



Devemos contestar seriamente o argumento falacioso de que uma palmada não tem importância, porque uma surra começa com uma palmada; é com a palmada que se chega à tortura e à violência que temos assistido.

O ex-preso político e ex-ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi defendia que essa lei se chamasse lei Isabella Nardoni. Não podemos chamá-la assim, na medida em que o processo ainda está em andamento, mas de fato seria muito próprio se recebesse esse nome. Não temos a lei Maria da Penha?

Com essa lei vamos derrubando também o mito de que o direito não chega à intimidade do lar. Lembremos que havia essa tradição no Brasil de não se poder tocar no lar, mas a partir da Lei Maria da Penha vem sendo barrada a atitude de o homem usar o seu poder e a sua força para massacrar e até matar mulheres. Estas muitas vezes não são assassinadas na rua, não são torturadas não na rua; muitas vezes sofrem essa violência em casa, é em casa que as mulheres são massacradas. Então, a lei chegou dentro dos lares, não fora dos lares.

E, da mesma forma, como as mulheres também, não todas evidentemente, dormem com o inimigo, os pais terminam por serem inimigos das crianças: pais, mães, adultos, tios, avós, pessoas que criam pessoas, crianças com direitos, que é outra coisa a ser lembrada, são pessoas com direitos. Parece que não.

Não é incomum estarmos em uma fila de supermercado e ver um pai, ou uma mãe batendo em uma criança, porque a criança está inquieta, envolvida com esse consumismo absurdo e usada para ser destaque avançado do consumismo, fica querendo isso ou aquilo, e a mãe, ou o pai metem a mão, não sendo capaz de trabalhar com o convencimento.

O que esta lei quer é que os pais compreendam que é perfeitamente possível educar com carinho e autoridade, é perfeitamente possível, ninguém quer que o pai, ou mãe percam a sua autoridade. Muito mais autoridade terá um pai, uma mãe que consiga trabalhar com o convencimento, carinho, a compreensão da especificidade de cada ser humano, de cada criança que tem em casa.

Eu estava em uma reunião anteontem em Guanambi, onde tinha um menino de, estourando, 3 anos, que não parava, ia para lá e para cá. A mãe depois me disse que estava



envergonhada. Eu lhe disse que não tinha por que se envergonhar, porque se o menino estivesse lá quietinho, parado, de braços cruzados, alguma coisa estava errada.

Os adultos se esquecem que foram crianças, que fizeram tudo aquilo que as crianças fazem hoje. Vamos nos entender. Não é uma lei que prescinda do debate, eu acho que é esse o mérito de uma reunião como esta, não pelo número de pessoas que temos aqui, porque não são muitas, mas pelo que ela pode provocar em discussão, porque não é uma lei que prescinda do debate. Porque você mexe com conceitos muito arraigados, do tipo de autoridade paterna da qual se reclama, de uma autoridade paterna e materna que vem de uma sociedade patriarcal violenta.

Então, vamos discutir autoridade materna, paterna, e o direito das crianças e adolescentes. Às vezes têm me perguntado se ela é aplicável, como tenho defendido a lei, mas ela não é aplicável. Sempre as leis avançadas do País enfrentam este argumento, que não é aplicada, toda lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente que é uma lei extraordinariamente avançada, quando apareceu disseram que não era aplicável, e é uma das leis mais avançadas do mundo. Disseram que não iria adiantar, que não seria aplicada, é sempre um argumento para não deixar uma lei prosperar.

A Lei Maria da Penha foi da mesma maneira. Disseram que seria invadido o território da intimidade. É para invadir, mesmo, intimidade até certo ponto, por que os homens têm direito de matar e espancar mulheres? Isso está mudando, porque muitos homens estão enfrentando, hoje, a cadeia, porque acham que têm direito de bater e espancar as mulheres. Então, não tem outro jeito, é cadeia mesmo.

Há alguns casos isoladíssimos também de homens que algumas mulheres fortes quiseram bater, e batem, mas já foram punidas as que fizeram isso. Mas isso é exceção na Lei Maria da Penha, inclusive homens, que é uma lei avançada também.

Quando discutimos o direito das crianças e adolescentes de não serem espancadas, de não sofrerem castigos humilhantes, degradantes, vem o mesmo argumento de dizerem que não será aplicada. E eu pergunto quem disse que não, que será aplicada, que é perfeitamente possível garantir o direito das crianças e dos adolescentes, e abolir a tortura. É uma luta da



sociedade brasileira, ampla, abolir a tortura no Brasil. Não é apenas nas cadeias que a tortura existe no Brasil não, é dentro de Casa. Impressiona-me, isso é muito comum, lamentavelmente, ver uma outra manchete.

Hoje, criança de dois anos é assassinada pelos pais. O pai que dá um murro em uma criança não avalia o que é que acontece com ela. Volto a dizer: é para a gente se indignar com isso no mais profundo do nosso ser, porque se trata de tortura. Tortura que pode causar traumas irrecuperáveis ao longo da vida. Tortura que pode levar à morte. Está aqui um exemplo da menina de dois anos. Lembrei de Isabela Nardoni, quantas crianças assassinadas, queimadas, a pedofilia, a violência sexual, e tudo que conhecemos.

Por isso quero dizer da minha participação nessa luta, da importância da rede “Não bata, eduque”, do papel que tem a sociedade no fortalecimento da perspectiva da aprovação dessa lei. Como ela mexe com alguns arquétipos, com algumas ideias de autoridade no País, provoca reações. Numa Casa como a nossa, e a deputada Teresa Surita sabe disso, que tem uma matriz desse ponto de vista de valores, especialmente, bastante conservadora, vamos ter que estabelecer o debate com a devida firmeza para prová-la. Tenho a convicção de que faremos. Parabenizo a deputado Alice Portugal pela iniciativa e dizer que estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

**2372-I****Ses. Esp. 28/11/11****Or. Alice Portugal**

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Muito obrigada, deputado Emiliano José. Quero registrar e agradecer as presenças dos nobres deputados: Ângela Sousa, Luiza Maia, Fabrício Falcão, Sidelvan Nóbrega, Reinaldo Braga. Saúdo a Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança, Jurani Sales; Eleonora Ramos, coordenadora do projeto “Não Bata, eduque”, na Bahia; Marcel Canindé, representando a 1ª Vara da Infância e Juventude em Salvador; Ailton Caldas da Silva, Pastoral da Criança; Luziene, Marivalda e José Bernardo, representando o Conselho Tutelar de Camaçari. Obrigada a todos vocês. O importante é a qualidade, o nível do debate, para quem a mensagem deve chegar neste momento.

Quero passar a palavra para a deputada proponente do fórum de debates, deputada da Bahia, Alice Portugal. (Palmas!)

A Sr^a ALICE PORTUGAL:- Boa-tarde a todas e todos! Deputada Kelly Magalhães, que preside esta sessão, quero agradecer o seu empenho para que ela fosse realizada nesta Casa e, em seu nome, fazer a minha saudação às deputadas e aos deputados presentes aqui nesta tarde: Ângela, Fabrício, Luiza. Somos todos parceiros dessas lutas em defesa da criança, do adolescente e dos direitos humanos e dos direitos da mulher há muitos anos. A deputada Luiza é autora de uma lei que, neste momento, é discutida nacionalmente, para que o Estado não financie projetos culturais que degradem a imagem da mulher. Damos apoio integral a essa sua iniciativa.

Gostaria de saudar, com especial carinho, a deputada Liliam Sá, que é a primeira vice-presidenta da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 7.572, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que altera a lei nº 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste caso, para discutirmos exatamente o que Eleonora e essa rede integralmente têm nos ensinado há tantos anos; é necessário educar, é necessário cuidar sem uso de castigos corporais ou de tratamento cruel e degradante.



Aqui está também presente a deputada Teresa Surita. Não foi à toa que a deputada foi escolhida para ser a relatora dessa matéria. Deputada experiente do PMDB de Roraima, já foi prefeita da capital do seu Estado, é alguém que está absolutamente preparada, atenta com essa discussão e tem feito, ela, a deputada Liliam, a deputada Erika Kokay, deputada de primeiro mandato do PT do Distrito Federal, uma verdadeira maratona pelo Brasil para fazer essa discussão.

Quando eu e Emiliano resolvemos pautar esse debate e contamos com a solidariedade da Assembleia Legislativa, mesmo sabendo que numa segunda-feira não teríamos uma grande plateia, não poderíamos deixar a Bahia de fora dessa ausculta, não poderíamos deixar a Bahia de fora da composição desse relatório, não poderíamos deixar de ouvir, de viva voz, aqueles que trabalham nesta rede.

Por isso esta sessão foi pedida pela nossa comissão nacional para que pudéssemos ouvi-los. Hoje vamos ouvir a Dra. Raquel Sanchez, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria, na rede *“Não Bata, Eduque”*. É uma militante desta bandeira e está aqui presente entre nós. Vamos ouvir o Dr. Renildo Barbosa, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Dr^a. Márcia Guedes, representante do Ministério Público do Estado da Bahia, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude. E todos vocês que, na medida do possível e do tempo, possam usar da palavra, além dos deputados e deputadas presentes.

Nós, que saímos da tribuna desta Casa, onde pude cumprir dois mandatos, e já estou no terceiro como deputada federal, temos a clareza de que a Bahia tem muito a dizer sobre essa questão.

Eu própria, educada nesta cidade do Salvador, posso dizer com segurança que vim da geração que conheceu a palmatória; a palmatória da minha escola, querida escola, grandes professores; a minha caligrafia, não é similar à dos meus pais, parece-se com a da minha professora. Mas, a minha professora tinha sobre a sua mesa, em tom ameaçador permanente, a famosa *“amorosa”*. Assim se chamava a palmatória na minha escola.



A amorosa cantava bonito na mão dos meninos que não rezavam direito a sabatina. Sem dúvida, muitos de vocês passaram por essa experiência. A amorosa traumatizou muita gente. Pilhas de livros batidos sobre a cabeça de alunos menos suficientes.

Essa era uma realidade que a educação trazia dentro da escola. A luta do professorado brasileiro, dos alunos brasileiros, o processo de modernização da educação banuiu, praticamente, o castigo das escolas.

Ainda como deputada estadual, da tribuna desta Casa, pude denunciar um aluno que ficou preso em um armário, em uma escola pública aqui em Salvador, na década de 90, Dr^a. Márcia.

A verdade é que conseguimos banir o castigo da escola. Talvez para os meus pais, para os pais de vocês fosse inimaginável pensar, um dia, que o castigo, que o milho, ficar de costas para a turma pudessem ser banidos da educação brasileira. Mecanismos feudais, afinal de contas, o Brasil foi colonizado na Idade Moderna, mas com sentimento e ideologia da Idade Média. Mas conseguimos banir.

Agora, essa lei é muito mais que punitiva, é uma lei educativa para uma cultura de paz. Assim como conseguimos banir o castigo na escola, poderemos constituir um amplo debate nacional para que a criança seja educada sem castigos corporais ou degradantes.

Não são só as sequelas do castigo corporal que a doutora deve relatar, que temos visto na literatura e temos ouvido na comissão de viva voz. Quando, na semana passada, o hoje adulto, membro desta rede, falar sobre - deputado Reinaldo Braga, obrigada por sua presença – colheres quentes na língua, inclusive perfurações abdominais e toda uma ordem de crueldade a que foi submetido. Ele sobreviveu graças a ação solidária de quem o acolheu e das instituições que o acolheram. Hoje, ele faz parte dessa rede de acolhimento.

Sabemos que essa é uma realidade transversal, que atinge todas as classes sociais, todas as etnias. É uma realidade transversal pelo Brasil. Precisamos fazer do debate deste projeto algo que venha acender esta luz, para banirmos os castigos corporais e o tratamento degradante que afetam crianças e adolescentes em nosso País. São sequelas permanentes, físicas e psíquicas, que o indivíduo carrega consigo durante toda a vida; durante toda a sua trajetória, ele se sente incapaz de realizar, na medida em que é chamado de incapaz na escola;



ele se sente incapaz de conviver, na medida em que em sua casa é indicado e apontado como a ovelha negra da família. Uma série de comportamentos é realizada pela criança para chamar a atenção, com certeza.

Mas o educar é quem educa para ter o silêncio pedagógico na hora da raiva, para respirar fundo evitando a reação violenta, para pedir desculpas assumindo o erro quando realiza um ato insano, para ter o acolhimento como elemento fundamental, e para ter a solidariedade, o carinho e o afeto como norteadores da educação. Nós somos agentes públicos e temos de orientar a adoção desse tipo de comportamento.

Esta lei para além de punitiva, repito, é educativa. Precisamos avançar nesta lei para criarmos mais instituições preparadas para este processo de educação, para quem sabe no pré-natal termos curso de como educar, para quem sabe uma ação punitiva, para que um pai ou uma mãe agressores, ou um educador agressor tenham de cumprir horas exatas de curso e de ação social para compreender o papel de educar. É uma lei em movimento.

Creio que, hoje, vocês são os especialistas dos quais sempre bebemos na fonte. Eleonora nos foi, aqui, fonte de iluminação durante muitos anos para que discutíssemos a própria redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as leis estaduais e o debate acerca da criança que é transformada em empregada doméstica e ainda o é na Bahia. Há o apoio importante do Cedeca – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – e da socióloga Marlene Vaz, que não está aqui nesta tarde de hoje, mas continua ativa, e que escreveu sobre essa matéria.

Sabemos que isso ainda é usual. Traz-se a criança do interior para fazer companhia, supostamente, aos filhos e filhas da terra que migraram para a Capital numa condição econômica diferenciada com a promessa de escola e de formação. Essa criança, muitas vezes, é violentada e semi-escravizada dentro da casa. O adolescente não tem direitos trabalhistas, sequer vai à escola e é tratado como escravo.

Essa é uma realidade denunciada há muito tempo. É uma realidade denunciada que é coligada com a condição de exploração sexual de meninos e meninas. Aos pés da Igreja da Conceição da Praia, ainda é muito fácil encontrar crianças, sem o mínimo de atrativo sexual aos seis, sete anos de idade, sendo explorados sexualmente em troca de um prato de comida.



Isso tudo faz parte desse conjunto de violências que aborda a criança e o adolescente, meninos e meninas, da porta da escola até dentro da sua casa. Por isso é muito importante esse debate.

A deputada Teresa Surita precisará muito do nosso apoio, da nossa força para que ela possa incorporar a força dessa intenção no seu relatório final. Nós estamos aqui para isso.

O deputado Emiliano José que foi alguém que de dentro do cárcere manteve a chama da liberdade acesa, é parceiro nessa batalha, é parceiro nessa luta, e sabe que conta também com essa humilde deputada no objetivo de banirmos a tortura na construção do cidadão e da cidadã que nós queremos para o futuro deste País.

Portanto, Tereza, conte conosco e vamos ouvir aqueles que são os especialistas desta matéria, aqueles que conduzem os conselhos tutelares. Sabemos o quão difícil tem sido a vida desses conselhos, que precisam de recursos, de atenção e de profissionalização. Precisamos discutir com os magistrados brasileiros o que são os agentes de menores. Em outros estados têm outros nomes.

Então, precisamos tratar disso efetivamente. Vamos profissionalizá-los? Vamos fazer seleção como os agentes comunitários de saúde que se transformaram no exército civil em defesa do SUS? Quem serão os parceiros dessas redes sociais? Os parceiros dessas redes sociais serão apenas os conselhos tutelares ou precisamos de uma quantidade maior de pessoas? Enfim, tudo isso está em debate para prepararmos o Brasil para um novo tempo, um tempo de paz, de liberdade cada vez mais solidificada, de democracia e de respeito aos direitos das pessoas, independentemente da idade, do sexo, da opção sexual, da opção religiosa, da etnia e de todas as diferenças, porque afinal de contas somos diferentes, mas somos iguais.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



2473-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Tereza Surita

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTA (Lilian Sá):- Deputada Alice Portugal colocou muito bem os nossos sentimentos em relação a aprovação desse projeto. Quero agradecer também a presença da deputada Graça Pimenta.

Vou passar a palavra agora para a nossa relatora, deputada federal Tereza Surita.

A Sr^a TEREZA SURITA:- Boa-tarde, quero parabenizar, em primeiro lugar, a deputada Alice Portugal por ter-nos proporcionado esse encontro junto com o deputado Emiliano José, mas como ela mesma disse, não poderia deixar a Bahia fora dessa discussão.

Quero saudar a deputada estadual, presidente da comissão, Kelly Magalhães; a deputada Lilian Sá, que é a primeira vice-presidente da nossa comissão especial; nossa querida Dr^a Raquel, da Sociedade Brasileira de Pediatria; a todos os palestrantes; a Eleonora, da rede Não Bate, Eduque; aos deputados presentes. Quero dizer a vocês que estamos realmente indo em todos os estados que estão solicitando nossa presença. Já estivemos em Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, inclusive na Unicamp, que foi um debate muito rico em termos de dados, hoje estamos aqui em Salvador e ainda estaremos no Espírito Santo.

Este é um assunto que realmente é muito polêmico e causa em todas as pessoas uma história. A história da nossa infância, a história dos nossos pais e a história dos nossos filhos, porque lembramos como fomos educados, lembramos a relação com nossos pais e pensamos em como estamos educando nossos filhos.

Agora, é uma lei que não se trata só do pai, da mãe e do filho, e sim do adulto e da criança. O que queremos através desse relatório que vai ajustar esse artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente é o direito da criança de ser educada sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. Esta já é uma conquista em 31 países do mundo. Em países onde já tem gerações formadas com esse tipo de educação é comprovada uma geração mais equilibrada; é comprovada uma melhor relação entre pais e filhos; e é comprovado que



são pessoas com uma autoestima muito maior do que aqueles que sofrem abusos ou qualquer violência na infância.

Antes de vir para cá, como faço todos os dias desde que peguei a relatoria desse projeto, eu pesquiso no *twitter* o que aconteceu, hoje, com relação a maus-tratos com crianças no Brasil. Então, logo cedo, li que um casal foi preso por matar uma menina de dois anos em São Paulo. E quando começa o relato, verifica-se que esse casal é o pai e a madrasta. Ele diz que deu umas chineladas na criança, ela caiu, bateu a cabeça e não acordou, estava morta. Por isso ele resolveu esconder o corpo e não denunciar o que havia acontecido.

Ao pesquisar mais um pouco, encontro: “Mãe agride filho de dois anos com cinto na Grande Vitória”. Na próxima manchete está: “Menino é laçado por agentes em carrocinha no Espírito Santo”. Ele tentou defender um cachorro, que estava sendo laçado e os agentes da carrocinha laçaram o pescoço do menino, como se ele fosse um cachorro. Enfim, notícias assim são dadas todos os dias.

Falar que estamos lutando ou chamar de Lei da Palmada, a Lei nº 7.672, é minimizar muito aquela situação aonde queremos chegar. Tudo começa com uma palmada. O início de uma agressão começa de uma forma pequena. Passa por uma palmada até você jogar uma criança pela janela.

Com essa lei nós não queremos punir. Essa não é a nossa intenção. Através desta lei nós queremos dar proteção social às crianças, às famílias e a todos aqueles que precisarem de cuidados, até por estarem agredindo. É uma lei na qual não queremos julgar. É um ajuste de lei que nós queremos para dar proteção social. As pessoas perguntam: “O vai acontecer comigo se eu der uma palmada no meu filho? Eu vou preso?”

Eu acho que quem está nessa luta já ouviu esta pergunta várias vezes. O que nós queremos? Nós queremos encaminhar aos programas comunitários de proteção à família essa família que está em crise. Nós queremos encaminhar ao tratamento psicológico ou psiquiátrico quem precise de apoio. Queremos cuidar através de cursos, programas de orientação, e tratar essa criança, tirando-a desse ciclo de violência a que é, normalmente, submetida durante toda a sua infância.



Como queremos fazer isso? Através de uma rede que já existe. Essa rede, hoje, nós temos em todos os municípios e em todos os estados através das escolas, dos profissionais que trabalham em pronto-socorro, dos médicos pediatras, dos agentes da saúde da família. Enfim, através do fortalecimento dos Conselhos Tutelares, que é o próximo passo, importantíssimo, para que isso possa acontecer. Nós queremos avançar no que diz respeito ao cuidado e proteção das nossas crianças e adolescentes.

Eu entendo que o Brasil já passou da hora de fazer isso. Mudaram muito os valores da família. A família hoje tem, como instituição, valores diferentes do que tinha 20 anos atrás. Hoje é muito comum uma mãe ter três, quatro filhos com pais diferentes. Ela é responsável pela educação; saindo de casa muito cedo para trabalhar, deixando as crianças em contato com adultos, muito cedo. Em torno de oito meses, um ano, a criança já está numa creche, já recebendo tratamento de uma vizinha, quando é o caso. Quando não há proteção para essas crianças em sua educação, nós temos como consequência uma juventude de jovens muito violentos. E essa violência não tem classe social. Ela é tanto para os jovens de uma classe social rica como para os de uma classe social mais pobre, porque faltam valores e princípios que mudaram durante os anos.

O que é que nós queremos com essa lei? É justamente avançar na questão dessa proteção e, principalmente, na questão da educação. Hoje é muito comum, no pré-natal, a gestante receber a informação de que precisa vacinar e alimentar seu filho, mas ela não recebe nenhuma de como educar. E esse vínculo é fundamental para que se estabeleça, inclusive, uma relação de limite para o educador e de referência de segurança para a criança, não de medo.

Já está provado que bater não educa. A dor paralisa, ela não traz reflexão. O que traz a reflexão, sem dúvida nenhuma, é você mostrar os limites através do diálogo ou de outros mecanismos que possam pôr a criança para refletir pelo erro que ela cometeu. Cabe a nós, adultos, fornecer isso para as crianças. Afinal de contas, elas não nascem educadas, não nascem sabendo. Nascem, muitas vezes, e são geradas dentro de lares violentos, sendo encaminhadas a instituições e abrigos através de pessoas que nem sempre têm a condição de educá-las, recuperá-las nem muitos menos de cuidar ou tratar delas. Então, o avanço nessa lei



é fundamental para que o Brasil possa dar um passo além na formação das suas crianças como cidadãos mais equilibrados, pessoas com uma autoestima mais elevada e mais seguras para enfrentar a vida.

Quero dizer para vocês que é um prazer enorme estar aqui hoje. Quero ouvir todas as exposições, como tenho feito em todos os Estados. E agradecer a participação de todos, pois é fundamental que recebamos o maior número possível de subsídios para podermos apresentar um relatório que esteja realmente de acordo com a expectativa de todos.

Li uma frase, durante essas minhas pesquisas para me embasar muito na questão de todas as informações possíveis para esse relatório, que me tocou bastante. Diz o seguinte: Educar é tocar a alma, e não o físico. Acredito que essa frase define realmente a responsabilidade que nós, adultos, temos de despertar com relação às nossas crianças. A nossa sociedade precisa ser reeducada na forma de como educar, cuidar e proteger as crianças. Entendo que através desse avanço, desse ajuste no ECA nós estaremos dando o primeiro passo. Lembrando que essa forma de educar, através da palmada pedagógica, como dizem, muitas vezes é uma questão cultural. Então, essa mudança vai demorar algum tempo para que possa ser assimilada por todos nós. Nesse tempo, vai caber à sociedade cobrar que sejam implementadas as mudanças que o Legislativo vai implantar neste momento. Ou seja, cabe a nós pautar e ao Executivo impor, mas cabe principalmente à sociedade cobrar o resultado daquilo que estamos propondo: esse avanço do Brasil para uma cultura de paz e realmente para jovens mais equilibrados na fase em que eles vão formar família, gerar outras crianças e ter o equilíbrio para tudo isso.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui hoje. Parablenizo mais uma vez a deputada Alice Portugal. Quando ela passou por mim, disse-lhe que se morasse na Bahia votaria nela, pois adoro ouvi-la discursar. Inclusive, em Brasília paro para ouvi-la. Gosto da forma, da postura, dos argumentos, de como ela se coloca muito forte, muito convincente.

Então, quero parabenizá-la por ter-nos proporcionado esse encontro.

E quero colocar-me à disposição de vocês para qualquer pergunta, para ouvir e aprender mais nesse encontro em Salvador. (Palmas)

Muito obrigada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Muito obrigada, deputada Tereza.
(Não foi revisto pela oradora.)



2374-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Rachel Niskier Sanchez

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Quero registrar as presenças do deputado Reinaldo Braga, da deputada Graça Pimenta, que estão aqui, conosco, e do deputado Lúcio Vieira Lima, que se encontra na sala do cafezinho.

Passo a palavra para Dr^a Rachel Niskier Sanchez, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria na Rede Não Bata, Eduque.

A Sr^a RACHEL NISKIER SANCHEZ:- Boa tarde a todos, à Mesa, às Sr^{as} Deputadas, aos Srs. Deputados, às pessoas que aqui estão.

Sou muito informal, e pensando o que vim fazer hoje na Bahia, disse-me: que coincidência. A minha vida é cheia de coincidências. Sábado, anteontem, fui a um concerto, no Teatro Municipal do Rio, com a Orquestra Sinfônica da Bahia e o Olodum. Ainda estou ouvindo a maravilha que foi esse evento, esse concerto maravilhoso. Dois dias depois estou aqui, em Salvador, devido a um convite recebido na sexta-feira. Quer dizer, é uma coincidência, realmente muito, grande.

Não gosto de repetir o que já foi dito. Acho que as pessoas que me antecederam já foram absolutamente claras e ricas em seus argumentos, suas colocações, mas fiquei pensando o que eu poderia dizer que acrescentasse a tudo o que já foi dito.

Então, como pediatra atuante ainda, trabalho no Rio, no Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz, posso dizer a vocês que uma das formas mais comum de violência contra crianças e adolescentes é a psicológica, são os maus tratos psicológicos.

É muito comum os meninos se queixarem de ouvir de seus pais palavras que ferem muitas vezes mais até que o abuso físico. Chamar menino de traste, burro, estrupício, dizer coisas como: “você não deveria ter nascido”, também é uma forma muito grave de “educar”, com muitas aspas de um lado e do outro.



Quero chamar a atenção que esses casos não vão para a mídia, não causam impacto. No entanto, o abuso psicológico, essa forma errada, perversa de educar, está presente em todos os casos citados aqui de agressões físicas chamadas leves, como as palmadas, até as mais graves, que podem levar a óbito, como já foi dito aqui.

Então, a lei nº 7.672, que todos esperamos que seja aprovada e sancionada pela presidente Dilma, vem como uma excelente ferramenta para ajudar a sociedade brasileira a mudar essa tradição, essa cultura, infelizmente, tão arraigada, de que é preciso bater para educar. Há um ditado popular do qual gosto muito: “Quem bate para ensinar, está ensinando a bater.”

Isso, felizmente, não é uma verdade absoluta, porque é obvio que nem todo mundo que apanhou ou apanha vai ser um agressor. Como sempre dizemos nos nossos treinamentos, não vamos repetir que quem apanhou, vai bater, porque existe uma coisa que todos conhecem: a resiliência. Então as pessoas têm dentro de si forças, predicados e qualidades que as fazem não repetir esse modelo perverso de viver.

Enquanto eu estava ali ouvindo todas e todos, lembrei-me, já que estou no Nordeste, de um poeta paraibano que diz: “É preciso tirar de onde não tem para pôr onde não cabe”. Acho isso de uma beleza poética e de uma sabedoria muito grande. E é exatamente isso que temos de fazer com essa lei 7.672. Temos de tirar da sociedade brasileira o que ela ainda não tem, que é essa visão correta, humanística de que meninos e meninas são sujeitos de direitos, são seres vulneráveis que necessitam de proteção e educação.

Sou mãe e avó e posso dizer para vocês que há horas que perdemos as estribeiras, a paciência, porque menino não é fácil. Mas não podemos descontar neles esse momento de desequilíbrio emocional nosso. Temos de contar até 1000, sair de perto, abrir a porta, dar uma voltinha na rua, nos trancar no banheiro. São várias as alternativas para não passarmos para os meninos aquilo que estamos sentindo, que obviamente buscamos de forma inconsciente para nos livrarmos desse desequilíbrio emocional, fato tão comum de acontecer neste mundo de estresse, de competição.

Entendemos que educar é difícil, que é preciso ter alternativas, mas elas existem. Para isso, nós da Rede Não Bata, Eduque e os parlamentares estamos aqui unidos nesta



grande missão, quase apostólica, de sair pelo Brasil dizendo que é possível educar sem agredir.

Gostei muito da frase: educar é tocar a alma; não é tocar o corpo. É tocar o corpo, sim, mas fazendo carinho, chamego, dando cheiro. Enfim, essa coisa gostosa que quem tem filho e neto sabe que é tão boa.

Sem repetir tudo que já foi dito, quero lembrar somente que pais muito amorosos muitas vezes acabam batendo, mas por desinformação. Então nos cabe informá-los sem puni-los, sem fazer prejulgamento; ninguém vai preso. Essa lei, erroneamente chamada de Lei da Palmada, poderia ser a lei da esperança, a lei da educação, a lei dos meninos e das meninas, mas não pode porque já existe o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes.

Mas lembro que cabe a nós, que temos a felicidade de ter essa visão mais ampliada e correta, informar às famílias o que é preciso. E devemos fazer isso sem distinção de classe, até porque é muito comum nas classes mais favorecidas, de gente de muita grana, da elite da elite, as suas crianças irem a pediatras que não conhecem a mãe e o pai. Quem conduz esses meninos são as babás, levadas pelos motoristas. Essa é uma forma terrível de negligência e de maus-tratos psicológicos e afetivos. E isso vai levar também a uma autoestima baixa, a uma personalidade muito mal estruturada, muito fragmentada no seu interior.

O Brasil necessita, para ser uma grande Nação, que os seus adultos sejam inteiros. E para que o adulto seja inteiro, ele tem que ter tido uma infância serena, tranquila, sem traumatismos dos menores aos maiores. Para os meninos uma palavra fere, um palmada fere, no bumbum, embaixo, em cima da roupa, não importa, bater não se justifica. A violência é covardia e as marcas ficam na sociedade.

Obrigada, Bahia. Obrigada por estar aqui, é muito bom sempre frequentar Salvador e a Bahia.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2375-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Márcia Guedes

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Quero agradecer a fala sensível da doutora.

Quero convidar neste momento a Sr^a Promotora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Dr^a Márcia Guedes, e também agradecer a presença do deputado Pedro Tavares.

A Sr^a MÁRCIA GUEDES:- Boa-tarde a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Kelly Magalhães e dizer que para mim é uma satisfação estar aqui mais uma vez discutindo um tema de tão grande importância para todas as crianças deste País.

Nós, promotores e magistrados brasileiros, em reunião, ainda este ano, tivemos a oportunidade de conhecer a fundo a realidade das crianças de Norte a Sul deste País e ouvir, na oportunidade, numa exposição ao Conselho Nacional do Ministério Público, a subsecretária nacional de Direitos Humanos, Carmem, trazer relatos graves da situação da violência contra criança neste País. E é uma informação, sobretudo, de que se o nosso País aprovar esse projeto de lei estaremos contribuindo para que um terço da população do mundo esteja amparada, da população criança e adolescente.

Então acho que é de extrema importância que esse projeto seja efetivamente aprovado, porque assim estaremos corrigindo essas deficiências que hoje acontecem e estaremos amparando as crianças como seres humanos, porque essa lei não protege somente porque se trata de criança, ela protege porque se trata de ser humano. Não se pode bater não é porque seja uma criança ou adolescente, mas é sobretudo porque esse ser humano indefeso é um ser humano, é uma criança que precisa de todo um amparo, sobretudo do Estado.

O Ministério Público da Bahia já vem de uma jornada desde 2010, quando nós, em conjunto com a rede *Não bata, Eduque*, em 22 de outubro de 2010, fizemos o Seminário



Educar sem Castigos, e gerou polêmicas, discussões, atrações de toda a rede de comunicação aqui do nosso Estado e que nos levou a fazer um abaixo assinado para que, ao final, após a exposição de todos os motivos pelos quais estávamos ali também para dar o nosso apoio a esse projeto de lei, as pessoas pudessem colocar a sua assinatura cancelando a vontade de todas as crianças de não serem vítimas de violência.

E assim foi feito. Após as exposições, colhemos diversas assinaturas e encaminhamos, através do Exmº Sr. Procurador Geral, ao Exmº Sr. Governador da Bahia para que encaminhasse o abaixo assinado colhido no seminário do Ministério Público aos deputados que compusessem a Bancada da Bahia no Congresso Nacional, dando apoio ao projeto de lei, talvez pela nomenclatura com que ele se popularizou tenha tido tanta polêmica, porque todas as discussões – e defendo o meu ponto de vista de que esse projeto de lei protege sobretudo a família na medida em que obriga um maior aparato por parte do Estado para a educação dos próprios pais. Porque educar não é uma tarefa fácil, é muito difícil em todas as fases do desenvolvimento do ser humano. E se os pais tiverem a força do Estado, dando esse amparo para que possam estar sendo educados a cada dia e evitando assim a violência, eles estarão também totalmente amparados, e com isso há a integração da família.

O que se observa hoje na rede de acolhimento institucional são crianças vítimas de violências, sobretudo domésticas, acolhidas a longo prazo sem um amparo efetivo à proteção à convivência familiar e comunitária. Esse projeto também reforça a convivência familiar à medida que, educando os pais, certamente a violência será reduzida, talvez por força de lei ou pela própria consciência desses pais ao participarem dos cursos e do acompanhamento psicológico e psicossocial que o projeto determina.

O projeto não traz nenhuma punição, pois ela já está prevista no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Código Civil também prevê a perda do poder familiar para o pai que castiga o seu filho moderadamente, não contribui para a educação dele, não dá o sustento e o amparo necessários. Então, esse projeto não vai trazer punições nem nada além do que dar o amparo necessário para a proteção à família brasileira.



Colhemos essas assinaturas e no ano em curso realizamos o segundo encontro para discutir o projeto de lei. Então tivemos a oportunidade de ouvir a deputada Erika Kokay fazendo fundamentos altamente fortes para conscientizar a todos aqueles que estiverem no nosso seminário da importância da adesão ao projeto de lei nº 7.672.

Trago só como fundamento dessa pequena sustentação o resultado dos dados levantados pelo Ministério Público da Bahia, somente em 2011, quanto aos maus-tratos oriundos do Disque 100 Nacional que tiveram registro em nosso sistema no MP. Só até 10 de outubro deste ano registramos lá 2.924 casos de maus-tratos, sendo que 937 em Salvador e 1.987 no interior do Estado, fora os dados da violência sexual e os também de maus-tratos mas oriundos de outras fontes diversas ao Disque 100 Nacional.

Portanto, o início do trabalho para defender esse projeto, sobretudo pela violência no nosso cotidiano que passa pelas Promotorias da Infância e Juventude. Acho que temos de fortalecer a adesão a esse projeto e evitar que lamentavelmente tenhamos de ouvir relatos de que crianças que começaram a sofrer violências até mesmo na vida intrauterina possam estar neste mundo sendo vítimas de tanta violência com o silêncio do vizinho, o silêncio da própria família delas e sobretudo o silêncio das organizações do Estado, que não devem se calar.

Estamos aqui para reafirmar a necessidade da aprovação desse projeto e dizer que o Ministério Público, após essa aprovação, estará atento para que o poder público possa efetivamente dar esse apoio psicossocial, esse amparo às famílias, fortalecendo assim os vínculos familiares e evitando a prática de mais violências contra as crianças e os adolescentes deste País.

Trouxe aqui também, apenas para esclarecer os dados da violência contra os adolescentes capturados, registros do IML daqui de Salvador mostrando que tivemos como mortes por violência, de 2008 a julho deste ano, um total de 1.640 crianças ou adolescentes assassinados aqui e que passaram pelo Instituto Médico Legal de Salvador.

Então, esse registro tem sofrido variações anuais. Mas se tivermos um projeto de lei, não quer dizer também com isso que esses dados sejam de homicídios praticados no ambiente familiar, mas acho que, se fortalecermos o combate à violência, sobretudo através



do projeto de lei que ora estamos aqui em discussão, estaremos, sim, contribuindo para a redução de todas as outras formas de violência neste País.

Eu tenho participado, a cada convite da imprensa, de debates nas rádios, nos meios de comunicação, e sei como a população é desinformada a respeito desse tema. Então, acho que é muito válida a iniciativa de trazer a discussão a esta Casa Legislativa e de elucidar a cada dia ainda mais para a mentalidade do povo brasileiro que não se deve cometer violência contra nenhum ser humano, seja ele criança ou não.

Temos disponibilizado em nosso *site* do Ministério Público da Bahia material que pode também reforçar a defesa pela aprovação do projeto de lei. Estamos colocando à disposição.

Agradeço, então, a possibilidade de estar participando com Eleonora e reforçando cada vez mais, porque o projeto de lei, como foi dito aqui, não evita que os pais possam exercer a sua autoridade sobre seus filhos, ele quer que os pais exerçam essa autoridade, mas não de forma violenta, utilizando de várias outras formas de educar que não deixam marcas para o resto da vida do ser humano.

Agradeço a presença de todos e espero que esse projeto seja efetivamente aprovado. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



2376-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Renildo Barbosa

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

O Sr. PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Obrigada, Dr^a Márcia Guedes, convido neste momento para fazer uso da palavra Renildo Barbosa, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Salvador.

O Sr. RENILDO BARBOSA:- Boa-tarde a todos e a todas, cumprimento a Mesa nas pessoas das deputadas Kelly e Alice, todos os deputados aqui presentes, também, a sociedade civil, em especial a Eleonora, do “Não Bata, Eduque,” Marcel, da 1^a Vara de Salvador.

Precisamos reconhecer a violência a que estamos sujeitos, inclusive o Brasil, quando foi “descoberto”, a violência que causamos aos habitantes daqui e àqueles que trouxemos para cá. E para a cultura de violência instalada no Brasil até hoje que não foram feitas as devidas reparações, nem às mulheres, nem aos negros, nem às famílias, nem àqueles que aqui viviam e vivem, dos quais tudo já foi tirado.

O difícil foi reconhecer algumas dessas violações e o difícil hoje é reconhecer as violações a que expomos nossas crianças e adolescentes. A gente ouve alguns diálogos, algumas justificativas de que “ah!, mas eu apanhei quando era criança e hoje eu sou um homem ou sou um a mulher de bem e continuo vivendo, trabalho e faço tudo corretamente.”

Uma pena que essas pessoas que apanharam, assim como as que nos escutam agora, não tiveram a oportunidade de viver uma vida e uma infância sem apanhar, porque, senão, poderiam ter a devida noção do que seria essa vida hoje diferente, inclusive em relação ao psíquico, ao psicológico, aos traumas que são causados, muitas vezes, por uma fala ou por uma resposta, uma repreensão daqueles que cuidam de crianças e adolescentes.

Precisamos reconhecer esse tipo de violência, precisamos reconhecer que estamos errados, porque é muito mais fácil termos pessoas que são favoráveis à redução da maioridade penal do que a não utilização de um crescer, de um acompanhamento pedagógico



devido sem a utilização da violência, porque não temos o controle nem daqueles que devemos 24 horas, são as crianças e os adolescentes como está previsto na lei e como gostaríamos que fosse efetivamente praticado, até, porque, muitas crianças e adolescentes são cuidadas ou acompanhadas no dia a dia pela internet, por pessoas que não sabemos quem são e por estarem, também expostas a diversas violências.

Pais e mães, hoje, familiares não estão no dia a dia com suas crianças e muitas vezes pretendem conhecer no grito ou numa palmada, ou numa forma violenta de tratar para que essas crianças e adolescentes possam aprender a obedecer, é muito difícil, especialmente quando chegamos em outros locais, como é o lar, o qual, muitas vezes, a lei protege tanto que não se pode entrar. A Lei Maria da Penha vem para isso, para que possamos entrar no estrito dever do trabalho. Em alguma forma de violência, também conseguimos acessar de alguma forma para evitar que isso se concretize.

Mas em alguns tradicionais segmentos da sociedade, como a escola, onde ocorre *bullying* – vimos uma campanha muito grande contra o *bullying* –, vemos esse tipo de violência que deixa sequelas muito tristes e leva a ocorrer muitos outros problemas na infância e, inclusive, na fase adulta.

Nossa deputada Luiza Maia não está aqui, mas já foi encaminhado por nós e por outras entidades para que sejam incluídas no projeto, que chamamos PL anti-baixaria contra as mulheres nas músicas, as baixarias contra crianças, adolescentes e homossexuais. Temos certeza que algumas iniciativas estaduais ou municipais vão reforçar o PL 7.672, que esperamos que seja aprovado o mais rapidamente possível, porque, muitas vezes, diz-se ou se argumenta ou se justifica o não cumprimento de leis municipais ou estaduais devido à ausência de iniciativas ou leis aprovadas em nível federal pela Câmara ou pelo Senado.

A ação dentro do lar é muito difícil, e nós, como conselho de direito, acompanhando as violações informadas pelo Conselho Tutelar ou os casos no dia-a-dia informados pela mídia, identificamos o quanto é difícil conseguir entrar ou fazer alguma coisa quando a violência acontece dentro do lar.



O Disque 100 também coloca a Bahia como um dos campeões de violência sexual, e essa mesma pesquisa aponta que 36% dos autores da violência estão dentro do lar, são familiares ou pessoas mais próximas, como o vizinho.

Então, é preciso que tenhamos um poder muito grande para conseguir fazer chegar o projeto e a lei, que deve ser aprovada, aos lares, às famílias, para que se perceba que não é uma punição, mas, sim, uma necessidade para que haja um crescer, um identificar, um pensar e um realizar pedagógico, para que nossas crianças e adolescentes sejam melhor protegidas e acompanhadas nessa importante fase de suas vidas.

Nós, com certeza, teremos adultos muito mais capacitados, muito mais sensíveis e teremos uma sociedade muito melhor se não ficarmos imaginando que criança tem que ser pensada apenas como futuro, sem cuidar dessas crianças e adolescentes agora, no presente. É por isso que imaginamos, torcemos e fazemos toda a mobilização necessária para que esse projeto possa ser aprovado o mais rapidamente possível, e que tenhamos, além do ECA, além de outros projetos de lei que defendam crianças e adolescentes, mais esse para beneficiar e ter mais uma ferramenta para lutarmos por esse crescer pedagógico, por esse crescer humanitário e por esse crescer sensível na proteção de crianças e adolescentes.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Muito obrigada, Renildo.

(Não foi revisto pelo orador.)



2477-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Jurandir Sales

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Queria convidar para falar, neste momento, a Sr^a Juranir Sales, que é da coordenação estadual da Pastoral da Criança. Logo em seguida, passaremos a palavra a aqueles que desejarem e se inscreverem.

A Sr^a JURANIR SALES:- Boa-tarde a todos.

Quero, na pessoa da deputada Alice, cumprimentar todas as pessoas da Mesa, e cumprimentar também todos os meus irmãos e irmãs, os deputados, as autoridades e companheiros de jornada.

Não tenho muito para acrescentar ao que já foi dito. Nós, na Pastoral da Criança, temos como missão defender a vida desde o ventre materno e por toda a sua primeira infância, por consequência, defender suas famílias. E é dentro dessas famílias que atuamos.

Entendemos, pelas falas anteriores aqui, a dificuldade que se tem de estar dentro dos lares, mas nós temos a felicidade de estar dentro dos lares e poder assistir, poder compreender a grandeza de uma lei como essa que vocês estão procurando aprovar.

A minha fundadora dizia que a vida é um bem sagrado, que precisamos defender desde o ventre materno, porque a violência começa quando você não quer o filho. Depois ela passa por uma gravidez que não foi interrompida e toda aquela gravidez é uma violência. O nascer mal é uma violência, quer seja porque não foi assistido pelo estado, quer seja porque foi um parto indesejável.

E, se você começa uma vida na rejeição desde o ventre, por consequência, o caminhar da infância também é todo um processo de rejeição. É em nome disso que a gente luta, é em nome disso que a gente caminha e é em nome disso que todos nós, pastorais da criança, e com o apoio de todos vocês, lutamos para que a infância seja considerada o bem sagrado que é a vida. O meu antecessor disse com muita propriedade aqui, a infância somos



nós. Se não tivéssemos infância, não estaríamos aqui, agora. Não estaríamos aqui defendendo esses que vão estar aqui no nosso lugar, amanhã.

Por isso rogo a Deus, no fundo do coração, e torço também no fundo do coração, que este empreendimento seja vitorioso e contem conosco no que for possível, no que for necessário para divulgar, para espalhar, e para torcer por vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pelo oradora.)



2378-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Eleonora

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra a Sr^a Eleonora.

A Sr^a ELEONORA:- Eu só queria falar da minha alegria. Nós não sabemos o que vai acontecer daqui para a frente. Mesmo com a aprovação do projeto, aí sim começa um período difícil, um desafio maior ainda. O projeto diz respeito ao grupo de pessoas que lutou por ele, que elaborou este projeto, que é o grupo de parlamentares. Mas, a implementação dessa cultura, dessa mudança de comportamento envolve toda sociedade. Então, é a parte mais difícil, não resta dúvida.

Aprovando este projeto, a caminhada que temos pela frente para que ele se torne uma realidade é para daqui a alguns anos. Eu acredito muito na outra geração, na que vem, porque na Suécia levou 30 anos, 20 e poucos anos, até que um plebiscito foi feito na época da aprovação da lei, fizeram um plebiscito. Lá o negócio é mais organizado.

São a favor ou são contra a lei? Não que a lei não existisse, mas só para ouvir a sociedade. Então, 70% da população era contra a lei. Os mesmos argumentos de agora: interferência da família, dizem que não precisam do estado para dizer-lhes como vão criar os filhos. E também há uma grande diferença. Trata-se da Suécia, não se trata de Brasil.

Mas, enfim, passados, não foram 30 anos, menos do que isso, fizeram um novo plebiscito lá na Suécia, em Estocolmo, quando fez 25 anos, parece-me. Então, 6% da população era contra a lei. E noventa e tantos por cento eram a favor da lei e nesses anos, o que ocorreu? Fecharam as instituições de acolhimento de crianças, não existiam mais, praticamente, porque não tinham crianças para ser tratadas e retiradas do lar por causa da violência.

Então, está incorporado na sociedade, no país. Temos outra realidade, é claro, mas devo dizer que acho que não é só impressão nem exagero, não. Eu ando com um radarzinho pela rua. Vejo no supermercado, na fila, no ponto de ônibus, no *shopping*. No *shopping*,



então, é um palco!. A gente vê atitudes, vê mães, vê crianças e quantas e inúmeras vezes tivemos que brigar no meio da rua, chamar o conselho, etc.

Eu acho, pode ser impressão, que só a visibilidade do tema, só essa discussão, a nossa rede foi estruturada em 2006, antes disso já existia um grupo. Só a discussão que a gente vem trazendo... E não é só a rede, mas há pessoas de Norte a Sul do País que estão empenhadas nesse processo, temos também prefeituras. Por exemplo, a prefeitura de Redenção, no Ceará. Ela já aprovou. O nosso Ministério Público aqui, como instituição, é membro da rede desde 2008. Então, temos adesões fortes no País. Não somos só nós, o grupo da rede, pois não temos pernas para abranger o Brasil inteiro. Há muita gente. A turma, a categoria dos professores, principalmente do ensino fundamental, das instituições de atendimento, como o pessoal da pastoral e outras, sabe do que estamos falando. Essas pessoas estão sim, lá nos seus espaços pequenos, grandes ou médios, lutando por isso. Estão sim desejando que se mude...

O Paulo Sérgio disse que não se pode falar em cultura, porque não é cultura, mas incultura de achar que isso é educar quando hoje nem os animais são tratados assim. Cachorro não é mais domesticado com pancada, cavalo selvagem também não, porque existem hoje técnicas para se domesticarem esses cachorros que ajudam a polícia, que trabalham, são cachorros que trabalham, que têm uma função social. Eles não são mais treinados com dor, com sofrimento, com pancada, com grito. Ao contrário. Não sei dizer quais são as técnicas, mas, se se consegue com animal pode-se conseguir com as crianças. Cada mãe, cada pai, se quiserem, têm sua formula sim, como não? “Ah, é porque a criança de dois anos não entende o que estou falando.”. Claro que entende! Ela não entende uma frase, com começo, meio e fim, mas ela entende um gesto, ela entende uma emoção, ela entende uma expressão facial. Para outras coisas, as mães se interagem com os filhos. Isso é um dom da natureza. Por que para se evitar a agressão não há palavras? Não há como a criança entender? Há sim, é só procurar que encontra.

Em torno de 2005, deputada Alice, a então deputada Lídice da Mata, hoje senadora, já foi nossa prefeita, conseguiu, com muito custo, uma salinha aqui na Assembleia para que fizéssemos pela primeira vez o que chamamos de audiência pública para dizer:



“Gente, nós vamos falar de violência física agora. O que é isso? É o castigo...” Então, foi muito difícil, ninguém falava disso. Foi muito difícil ligarem a luz, o som na hora. Havia uma turma de deputadas aqui nessa época. Então, foi a primeira vez que se falou aqui na Bahia desse tema, mas não faz tanto tempo assim. Estamos com esse *staff* de parlamentares do Brasil todo, estamos com o Ministério Público, estamos com as varas da infância, nós estamos representados agora. Isso não é só aqui, mas no Brasil todo. Então, acho que avançamos sim. E essa impressão que eu tinha quando andava na rua, dentro do shopping, já não a tenho como antes. Não sei se é impressão, se é boa vontade, mas não vejo tantas cenas de violência como via antes, porque está aí. Mesmo quem não quer saber do assunto, a visibilidade do tema está grande. Então, não se tem como fugir. Vamos pra frente, então, que vem muito trabalho por aí. Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



2479-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Fabrício Falcão

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Obrigada. Valeu, Eleonora. Com a palavra o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Nobre deputada Kelly Magalhães, boa tarde Nobre deputada Alice Portugal, titular da Comissão Especial e autora do requerimento para a realização desta sessão; senhora deputada federal Liliam Sá, senhora deputada federal Teresa Surita; doutora Rachel Niskier Sanchez, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; senhora promotora do Centro de Apoio Operacional de Justiça, Infância e Juventude, Márcia Guedes; Sr. Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Salvador, Renildo Barbosa, senhores e senhoras presentes, para mim é um prazer estar nesta sessão, mesmo com a Casa esvaziada, mas o tema é de uma relevância fora do comum.

Dar um tapa numa criança, uma surra, não é nada de anormal; bater numa mulher também não é nada de anormal. Isso tudo foi constituído como cultura, de forma que a violência leva e agrega mais violência. Acho que devemos incorporar e discutir formas de implantarmos uma sociedade mais justa. Temos que construir um novo homem, uma nova geração que mude o comportamento da bestialidade, da ignorância e da violência. Há tempos que aceitamos como normal que o homem agrida fisicamente uma mulher. Aceitamos como normal a violência psicológica, o assédio moral, aceitamos criar e formar pequenas crianças que serão cidadãos de fato numa sociedade problemática, como é a nossa, a partir da base da violência. Nenhuma forma de castigo corporal físico, ofensa psicológica é passível de ajudar a crescer e formar uma sociedade mais justa e equilibrada.

Precisamos encontrar o caminho de formar uma sociedade, deputada Alice Portugal, em que o centro seja o equilíbrio e o respeito às diferenças. Observamos nos jovens, muitos deles, que é através da violência que discutem a razão da desavença com o colega. O homem adulto que espanca uma mulher, muito disso foi falta de formação dentro



de casa. A criança tem que crescer sabendo respeitar as diferenças, respeitar o outro e respeitar aqueles que convivem com ele de forma harmoniosa.

Acho que devemos educar o jovem para a vida com respeito, com educação, com carinho e com amor. Acho que devemos banir da sociedade e da família toda e qualquer forma de violência. A criança que vê o pai batendo na esposa cresce com essa cena na memória e muitas vezes a reproduz contra a sua companheira, como forma de agressão psicológica de desrespeito ao outro. E criança vive o momento de aprendizado, de formação da sua capacidade intelectual, mental, motora e tudo que ela tem de orientação e de parâmetro dentro de uma casa e tudo aquilo que é vivenciado para com ela, aquilo vai ser formado na cabeça dela como razão e como coisa para uma vida adulta.

Então, acho que esse projeto é de fundamental importância. Temos que debater nesta Casa, e foi uma felicidade trazermos para aqui, por essa excelente deputada Alice Portugal, que está aqui conduzida pela presidente, a deputada Kelly Magalhães, grande deputada de primeiro mandato, assim como eu, mas que já mostra a sua qualidade nesta Casa, e quero estar aqui e expressar com palavras a felicidade deste projeto, que deve ser levado a todas as câmaras de vereadores, nos quase 6 mil municípios que temos no Brasil, para acabarmos com a cultura da violência. Foi por meio da violência, por meio da necessidade de eliminar as diferenças, o homossexualismo é uma doença, pessoas com deficiência têm que ser extirpadas, assim foi a chama do nazifascismo. Então, precisamos ter uma sociedade baseada na cultura da educação, do amor e da não violência.

Parabéns para as senhoras deputadas, para todos os que estão discutindo, e que possamos levar esse projeto, essa discussão juntamente com leis importantes como a Lei Maria da Penha para cada rincão deste imenso País chamado Brasil.

Um abraço e parabéns a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



2380-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Teresa Surita

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Mais alguém deseja fazer uso da palavra? Então, vou passar a palavra à deputada Teresa Surita, relatora do projeto, para fazer as suas considerações. E logo após à deputada Alice Portugal.

A Sr^a TERESA SURITA:- Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer novamente à Eleonora, Dras. Raquel e Márcia e ao nosso conselheiro do Conselho Tutelar pela brilhante exposição e dizer que todos temos realmente a mesma posição com relação a esse avanço e a essa proteção.

Como disse a Eleonora, temos um caminho longo a trilhar. Na Suécia as campanhas permanentes são feitas desde o pré-natal, com o acompanhamento na escola para as crianças, a capacitação dos profissionais, a informação até na lata de leite materno do que é a violência contra a criança. Quer dizer, é uma preocupação de governo, de estado esse acompanhamento.

Temos aqui no Brasil uma das leis mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente, mas infelizmente na grande maioria dos nossos municípios o ECA nem sequer foi implementado ainda. E também os Conselhos Tutelares, que são outro avanço sensacional. A questão dos Conselhos Tutelares só temos no Brasil. É tão importante a formação e a participação dos conselhos que nem os próprios conselheiros, acredito eu, sabem dessa importância.

Por isso, digo sempre que não se pode confundir o Conselho com o conselheiro, porque hoje os Conselhos não estão dando condições para a maioria dos conselheiros fazerem o seu trabalho. Então, como disse, um outro avanço que a gente ainda precisa conquistar.



Mas acredito realmente que esse avanço é uma questão de tempo, assim como foi para as pessoas aprenderem a entrar no carro e colocarem o cinto de segurança ou não fumar em determinados lugares. Tudo é uma questão de você aprender.

Essa lei educativa nessa mudança é o que queremos fazer aqui. Tomara que não demoremos 30 anos, até porque já há alguns este assunto está sendo debatido, mas sem dúvida nenhuma são mais algumas gerações para que possamos ver essa diferença.

Eu gostaria também de dizer que a partir de amanhã o substitutivo vai estar publicado pelo *site* da Câmara dos Deputados. Já o apresentamos, e ele tem um prazo para emendas. A nossa intenção é colocar em votação no dia 16 de dezembro. Espero que todos vocês possam ter acesso e acompanhar estes dias, que serão muito importantes para nós. Preciso realmente da ajuda da Comissão, que tem se mostrado muito presente nas discussões. E qualquer sugestão, qualquer posicionamento que possa ser melhorado, entrem em contato conosco. Principalmente vocês, que são da área e defendem essa causa, nos ajudem a construir aquilo que for melhor para nossas crianças.

Mais uma vez quero agradecer a presença de todos e dizer que vir à Bahia é sempre uma alegria, sobretudo quando se trata duma discussão tão séria quanto esta. Aí se torna duas vezes melhor a oportunidade de estar aqui.

Obrigada, deputada Alice. Obrigada pela participação de todos. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)



2381-I

Ses. Esp. 28/11/11

Or. Alice Portugal

Sessão Especial para analisar e discutir o PL 7276/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelas deputadas Kelly Magalhães e Alice Portugal.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Passo a palavra à parlamentar proponente deste fórum de debates aqui na Bahia, deputada Alice Portugal.

A Sr^a ALICE PORTUGAL:- Serei absolutamente breve. Mas essa última fala, deputada Kelly Magalhães, você que foi presidenta da Câmara Municipal do grande município de Barreiras e é uma deputada sensível à temática da criança e do adolescente... Pois bem, quero dizer que sabíamos que não seria uma sessão massiva, avisei às minhas companheiras deputadas, mas, sem dúvida, elas saem daqui com a clareza de que há um Conselho atuante em Salvador e de que o Ministério Público está envolvido.

Dr^a Márcia foi extremamente elucidativa, inclusive trazendo dados estatísticos que, se possível, gostaria que fossem incorporados ao relatório, para dar um espelho da realidade local. Eleonora trouxe a militância; Dr^a Raquel, que é médica pediátrica, nos trouxe, sem dúvida, um legado de experiência muito grande; a Pastoral da Juventude, que tem um dos maiores patrimônios, do ponto de vista prático, no que se refere ao enfrentamento da fome e da violência, também se manifestou.

Eu mesma tenho na minha formação uma experiência importante com as mulheres, em Monte Santo, garantindo que crianças com desnutrição profunda conseguissem sobreviver com a farinha multimistura, combatendo assim a violência da fome e da exclusão.

Naquele período, início da década de 90, tivemos gestores neste Estado que botaram muro na frente das freirinhas, para que elas tivessem que pulá-lo a fim de alimentar crianças.

Agora, de fato, estamos vivendo um Brasil muito melhor do que aquele que vivi nesta Assembleia; também vivemos uma Bahia muito melhor do que aquela que vivi nesta Casa. Hoje, trouxemos este relato local. Tenho certeza de que a deputada Teresa Surita saberá condensar toda essa experiência obtida nos debates nacionais.



Esta nossa reunião está sendo formalizada pela Assembleia Legislativa, mas também formalizada na Câmara dos Deputados.

Agradeço à assessoria da comissão, que está presente entre nós, e à assessoria da deputada Teresa Surita, que vieram nos dar o suporte para que a Bahia pudesse também ter uma página nesse relatório que a deputada Teresa Surita efetivará.

Tudo já foi dito, mas quero dizer, como falamos anteriormente, que o fundamental é que consigamos fortalecer essa rede, é que essa adequação do ECA sirva para alimentar esse grande movimento por uma cultura de paz no Brasil. Que a educação construa um novo homem e uma nova mulher no aspecto global dos seres humanos, para que possamos dizer que tipo de brasileiros e brasileiras queremos para o futuro deste País.

Não queremos mais visualizar Isabellas Nardonis despencando nas suas breves vidas; não queremos mais visualizar, como vimos há 2 dias, uma criança de 2 aninhos de idade padecendo por causa da absurda violência que foi perpetrada contra ela. Devido a chineladas, essa criança teve traumatismo craniano veio a falecer; o pai descartou seu corpo. Não queremos visualizar adolescentes como Eloá, que o namorado se achou possuidor da sua existência e a exterminou no auge de sua beleza juvenil.

Enfim, temos visto muitos casos desse tipo. Mas, se a cultura de paz for disseminada, vamos fazer com que os nossos filhos não derramem lágrimas por essas crianças.

Acredito que sessões como esta enriquecem esse processo, essa onda que foi levantada na Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo. Ou seja, foi o governo da República que mandou essa adequação para dentro da Câmara dos Deputados num ato de ousadia, de cidadania elevada e que, sem dúvida, fará do Brasil cada vez mais um país melhor.

Obrigada a deputada Kelly e a todos os deputados que nos acompanharam, a esta Casa que acolheu o nosso pedido de realização, as minhas duas colegas militantes desta causa que vieram dos seus estados para acompanhar o pequeno relato da Bahia. Parabéns a todos que fazem parte dessa rede aqui na Bahia! Continuaremos a beber na fonte dos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

especialistas, para que conduzam os nossos mandatos pelos caminhos corretos da cidadania.

Muito obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo oradora.)

**DL-02****Ses. Esp. 28/11/11**

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- A Bahia e a Assembleia Legislativa ganham em participar e contribuir com um debate importante quanto esse. Não diria que é pena um Plenário esvaziado, porque a riqueza e a qualidade da participação, certamente, suprem. Quem está aqui representa aqueles que, de fato, fazem o debate e levam essa discussão mais adiante, tanto a presença do CDCA, da Pastoral da Juventude, da Promotoria, das diversas entidades que acompanham a vida das crianças e que podem nos ajudar a levar essa lei mais adiante, a conhecer melhor e acabar com o estigma de que é a lei da palmada. Não é lei da palmada, muito pelo contrário, é a lei da educação, é a lei da paz, é a lei do amor, é a lei da gentileza, mostrando que com outros valores podemos avançar numa sociedade melhor.

A Assembleia Legislativa da Bahia fica maior, nesta tarde, por ter sediado um debate importante quanto este. Mostra, mais uma vez, uma coisa importante, deputada Alice, que as mulheres são importantes no Parlamento, as mulheres são importantes no Poder Executivo. Apesar, apesar não, só um homem sensível como o presidente Lula, como o presidente para ter enviado a lei para a Casa, mas só as mulheres estão, três deputadas federais, para trazer esse debate, para assumir essa luta, mostrando que nós como mulheres reconhecemos as deficiências da sociedade e temos que levar adiante esse debate para poder amadurecer e melhorar cada vez mais.

Agradeço as presenças da deputada Lilian, que é vice-presidente da Comissão Especial Lilian Sá; deputada Tereza Surita, que é relatora do projeto, eu já havia pedido a ela cópia do relatório; deputada Alice Portugal, proponente, aguerrida aqui da Bahia, que atua em todas as esferas da educação, a luta pelas mulheres, a luta pelos direitos das crianças, do meio ambiente, tem um grande mandato na Bahia e no Brasil; Emiliano José, deputado federal que já se ausentou; o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Renildo Barbosa, que está aqui conosco; a Dr^a Márcia, Promotorias da



Infância e da Juventude; Dr^a Rachel Niskier, que já se ausentou; a todos os demais aqui presentes; deputados e deputadas que passaram por esta Casa nesta tarde.

Saímos daqui maiores e mais engrandecidos, porque podemos ampliar esse fórum de debates, tanto aqui na Assembleia Legislativa quanto também levar para as Câmaras de Vereadores que é onde o debate também precisa acontecer. Disse aqui a deputada Alice Portugal que vamos fazer isso na Região Oeste da Bahia, que é grande, importante e de fronteira, em que violência contra criança ainda é uma coisa muito persistente. Se conseguirmos fazer isso como polo regional em cada região, conseguiremos sediar, popularizar a lei. E vamos dar um cunho especial e mais importante a ela.

Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, do presidente Marcelo Nilo, eu como presidente da Comissão de Educação, é uma honra ter participado nesta tarde, ter ajudado a contribuir com esse debate importante para a sociedade baiana.

Muito obrigada a presença de todos vocês. Um abraço em todos. Esta encerrada a sessão.